

2015

RELATÓRIO ANUAL
DE INFORMAÇÕES



BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL



SUMÁRIO

**MENSAGEM DA
DIRETORIA EXECUTIVA** | 05

**GESTÃO DOS
INVESTIMENTOS** | 07

**DEMONSTRATIVO ANALÍTICO
DE INVESTIMENTOS** | 12

**INFORMAÇÕES REFERENTES À
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS** | 17

**INFORMAÇÕES
PREVIDENCIAIS** | 22

**DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL
E NOTAS EXPLICATIVAS** | 23

PARECERES | 40



**MENSAGEM
DA DIRETORIA
EXECUTIVA**

Prezados Participantes e Assistidos,

A Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses apresenta o seu Relatório Anual de Informações (RAI), referente ao exercício de 2015, compondo-se das informações do desempenho obtido pela Fundação no último ano, conforme regulamentado pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 23 de 6 de dezembro de 2006.

Entretanto, enxergamos além da obrigatoriedade. O Relatório Anual é uma excelente oportunidade de ratificar com todos os nossos Participantes e Assistidos os pilares da transparência, da ética profissional e do trabalho árduo em que a Fundação vem se sustentando ao longo de sua história.

2015 não foi um ano fácil para nosso país, envolto em uma combinação de crise política profunda, pressão inflacionária e um aumento expressivo do desemprego. Pelo terceiro ano consecutivo, a maior parte das Entidades não alcançou as metas atuariais de seus planos, em torno de 17% a.a. (a da Baneses foi de 16,97% a.a.); 241 planos de 92 fundos de pensão no país fecharam o ano no vermelho, aumentando o déficit no sistema de R\$ 31 bilhões (2014) para R\$ 77,8 bilhões (2015); e várias tiveram que implementar plano de equacionamento.

Apesar do ano difícil, temos a comemorar: reduzimos nosso déficit de R\$ 25,7 milhões, no fim de 2014, para R\$ 10,6 milhões, ao final de 2015. A rentabilidade acumulada no último exercício foi de 12,64%, principalmente pelo expressivo retorno de 17,44% que obtivemos no segmento de renda fixa, minimizando os impactos que a crise econômica e política exerceram sobre os demais segmentos de investimento. Nosso desempenho foi superior à média das Entidades Fechadas de Previdência Complementar brasileiras, que, segundo a Abrapp, ficou em 9,32%, entre os Planos de Contribuição Variável, e em 5,22%, no geral. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 1,40 bilhão.

Também registramos que a Previc aprovou o estudo técnico apresentado pela Baneses e autorizou a manutenção da taxa de juros da nossa meta atuarial em 5,75% a.a. No campo da educação financeira e previdenciária, tivemos a oportunidade de passar por diversos municípios do interior do estado com as ações do “Baneses com Você”, esclarecendo assuntos da nossa Fundação para centenas de aposentados, pensionistas e empregados da ativa. Sem falar do grande empenho da nossa equipe na construção do Plano III, previsto para este ano, e que estará pronto para receber diversos novos participantes.

Sabemos que 2016 ainda nos reserva muitos desafios. Seguiremos trabalhando solidamente em prol de uma Baneses cada vez mais forte e transparente. Afinal, não podemos jamais nos esquecer de que o Patrimônio que aqui está é de cada um de nós!

Uma boa leitura a todos.

1. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

No que concerne ao mercado interno, 2015 foi um ano intenso para o Brasil. Envolto em uma combinação de crise política profunda, pressão inflacionária e um aumento drástico do desemprego, poucas políticas econômicas foram efetivas em combater os efeitos desse cenário. O Comitê de Política Monetária (Copom) intensificou sua política monetária contracionista, aumentando a Selic gradualmente de 12,25% a.a. para 14,25% a.a., em uma tentativa pouco efetiva de controlar as variáveis econômicas. Ainda assim, a inflação fechou 2015 em 10,67%, muito acima do teto da meta e com poucas perspectivas de recuperação a curto prazo.

O Ibovespa, principal índice brasileiro de bolsa, fechou o ano com queda de 13,31%, motivada principalmente pela massiva fuga de capital estrangeiro do país, que levou o dólar a subir 47%, prejudicando a performance da carteira de renda variável e induzindo a uma redução considerável dos ativos em bolsa. O Brasil sofreu com recessão em 2015, com queda da atividade industrial e encolhimento de 3,8% do PIB, com expectativas de recessão também para o ano de 2016, mostrando que grandes desafios para a gestão dos recursos estão por vir.

Diante desse cenário desafiador, prospectivo para a economia brasileira e para os fundos de pensão, a Baneses, tendo como prioridade a preservação do patrimônio e os compromissos de longo prazo com os participantes, adotou uma estratégia ainda mais conservadora.

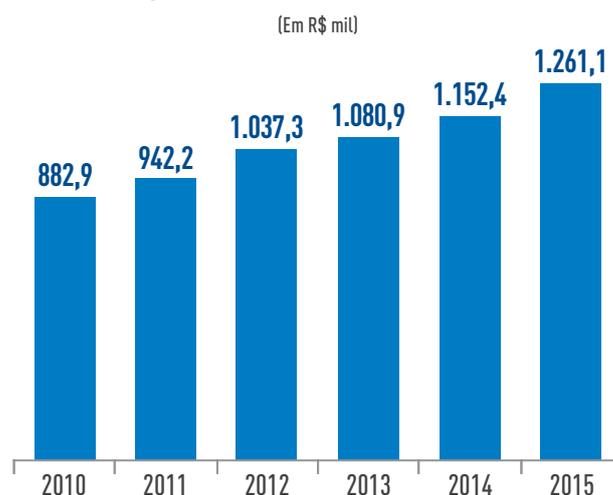
Com a alta dos juros domésticos e dos prêmios oferecidos pelos Títulos Públicos Federais, a Baneses aumentou o percentual aplicado no segmento de Renda Fixa. Em contrapartida, visando minimizar a volatilidade dos retornos, foi iniciado processo de redução da alocação de ativos no segmento de renda variável, com realização de estudos técnicos e avaliação das condições

de mercado, buscando oportunidades de negócio com atrativa relação risco x retorno. Esses movimentos foram realizados com a cautela devida e com uma política diversificada dos investimentos.

A Baneses apresentou, no exercício findo, o patrimônio de R\$ 1,40 bilhão, e a rentabilidade acumulada alcançou o resultado consolidado de 12,64%, inferior à rentabilidade obtida pela meta atuarial (IGP-DI + 5,75%), que fechou o ano em 16,97%. Apesar do expressivo retorno de 17,44% registrado no ano pelo segmento de renda fixa, os demais segmentos de investimento apresentaram retornos abaixo da meta atuarial, impactados pela crise econômica e política do país. O desempenho da Baneses foi superior à média das demais Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC brasileiras, que ficou em 5,22%, segundo o Consolidado Estatístico da Abrapp de dezembro de 2015.

Ainda assim, os recursos garantidores de reserva técnica cresceram 9,44%, conforme apresentado no gráfico a seguir.

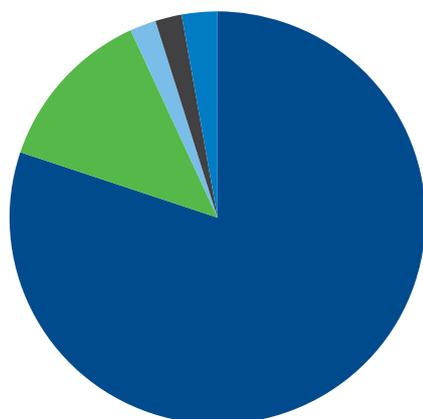
Evolução dos Recursos Garantidores



Resumo dos Investimentos

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)		EVOLUÇÃO
	2015	2014	(%)
INVESTIMENTOS	1.261.100	1.152.340	9,44%
Investimentos em Renda Fixa	1.010.606	838.255	20,56%
DPGE	21.572	95.762	
LFT	85.272	91.523	
NTN – C	223.532	201.781	
NTN – B	597.528	325.664	
Fundos de Investimento	82.702	123.525	
Investimentos em Renda Variável	163.995	213.297	-23,11%
Banestes	15.222	17.317	
OI PN	-	2	
EDP ON	11.715	8.727	
Bradesco PN	1.611	2.441	
Petrobras PN	2.165	3.238	
Vale PNA	2.409	4.519	
Fundo de Ações	130.657	176.652	
Dividendos à Receber	216	401	
Investimentos Estruturados	25.766	40.540	-36,44%
Fundos de Participações	14.551	20.249	
Fundos Multimercado	6.210	15.826	
Fundo Imobiliário	5.005	4.465	
Investimentos Imobiliários	25.612	25.990	-1,46%
Empréstimos aos Participantes	35.121	34.258	2,52%

Resumo dos Investimentos - 2015



80% Investimentos em Renda Fixa

13% Investimentos em Renda Variável

2% Investimentos Estruturados

2% Investimentos Imobiliários

3% Empréstimos aos Participantes

Fundos de Investimento - Alocação por Segmento

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS
RENDA FIXA		66.656		5,29	27,87
BANESES FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.531.929/0001-75	38.666	100,00	3,07	16,17
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	05.357.507/0001-10	1.176	1,20	0,09	0,49
BRADESCO TARGET I FI RENDA FIXA	02.335.944/0001-45	17.049	2,05	1,35	7,13
MODAL GAIA INSTITUCIONAL RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15.637.785/0001-85	2.967	4,00	0,24	1,24
VOTORANTIM INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	06.866.051/0001-87	6.798	0,59	0,54	2,84
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL		16.046		1,27	6,71
BRZ MULTI RECEBÍVEIS II FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	15.350.692/0001-75	5.646	5,00	0,45	2,36
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	10.400	0,47	0,82	4,35
MULTIMERCADO ESTRUTURADO		6.209		0,49	2,60
BRASIL PLURAL EQUITY HEDGE 30 FIC MULTIMERCADO	15.912.753/0001-40	6.209	0,56	0,49	2,60
AÇÕES		130.657		10,36	54,64
AZ QUEST SMALL CAPS FIC AÇÕES	11.392.165/0001-72	11.408	12,23	0,90	4,77
BBM SMID CAPS VALOR FIC AÇÕES	08.892.340/0001-86	9.724	10,20	0,77	4,07
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	06.916.384/0001-73	3.814	1,39	0,30	1,60
BRASIL PLURAL FIC AÇÕES	11.628.883/0001-03	14.522	4,34	1,15	6,07
BTG PACTUAL ABSOLUTO FIC AÇÕES	09.120.774/0001-20	10.091	1,79	0,80	4,22
BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC AÇÕES	09.290.813/0001-38	16.022	4,46	1,27	6,70
FRANKLIN VALOR E LIQUIDEZ FVL FI AÇÕES	02.895.694/0001-06	10.949	9,84	0,87	4,58
GÁVEA AÇÕES FIC AÇÕES	08.621.010/0001-56	13.734	8,21	1,09	5,74
GUEPARDO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	08.830.947/0001-31	7.553	7,48	0,60	3,16
ITAÚ CONSUMO FI AÇÕES	10.239.877/0001-93	1.755	11,03	0,14	0,73
ITAÚ SMALL CAP VALUATION FI AÇÕES	01.063.897/0001-65	3.762	8,44	0,30	1,57
JMALUCELLI SMALL CAPS FI AÇÕES	09.550.197/0001-07	2.441	8,21	0,19	1,02
PERFIN INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	10.608.762/0001-29	9.683	13,62	0,77	4,05
POLLUX AÇÕES INSTITUCIONAL I FIC AÇÕES	11.827.507/0001-30	7.342	13,34	0,58	3,07
QUELUZ VALOR FI AÇÕES	09.289.072/0001-75	2.354	7,71	0,19	0,98
VINCI GAS DIVIDENDOS FI AÇÕES	07.488.106/0001-25	5.504	1,44	0,44	2,30
PARTICIPAÇÕES		14.551		1,15	6,09
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FIC FIP	14.584.094/0001-06	4.772	1,06	0,38	2,00
GTD FIP	18.073.282/0001-12	343	1,66	0,03	0,14
LACAN FLORESTAL FIP	13.812.224/0001-40	3.376	1,98	0,27	1,41
RIO BRAVO ENERGIA I FIP	12.188.161/0001-30	6.060	2,74	0,48	2,53
IMOBILIÁRIOS		5.005		0,40	2,09
CLARITAS LOGÍSTICA I FII	97.521.194/0001-02	5.005	3,33	0,40	2,09
TOTAL		239.125		18,96	100,00

* RGRT: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

A Baneses apresenta uma composição de carteira de investimentos bem mais conservadora se comparada ao ano anterior, com 80% de seus recursos em ativos de renda fixa, em especial títulos públicos federais, enquanto a carteira de renda variável mostra uma redução significativa, com alocação de 13,00% em 2015.

A composição dos investimentos, no final do exercício de 2015, atendeu aos limites estabelecidos na Legislação e na Política de Investimentos, e está descrita abaixo, conforme resumo explicativo de cada investimento:

RENDA FIXA

As aplicações em ativos de renda fixa atingiram o montante de R\$ 1,01 bilhão, apresentando, assim, uma evolução de 20,56% em relação ao total apurado no encerramento de 2014.

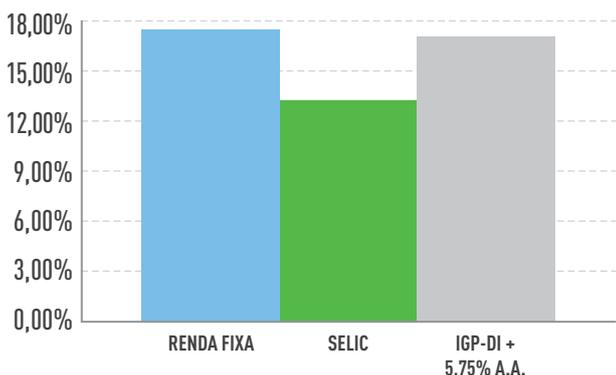
A alocação proposta para o segmento de renda fixa tem por objetivo a adequação dos ativos às obrigações atuariais do Plano.

Este segmento é composto por títulos públicos federais (LFTs, NTN-Bs e NTN-Cs), DPGEs e Fundos de Investimento, e respondem por 80,14% da carteira de investimentos.

Nos primeiros meses de 2015, a Baneses realizou aquisições de aproximadamente R\$ 100 milhões de NTN-Bs, marcadas na curva, de vencimentos diversos (de 2023 até 2055), aproveitando os prêmios acima da meta atuarial oferecidos pelo mercado, garantindo, desta forma, o alongamento do prazo da carteira de ativos, conforme sugerido pelo estudo de ALM em 2015.

A rentabilidade anual da carteira de renda fixa, medida pela taxa interna de retorno (TIR), foi de 17,44%, representando 131,31% da Selic apurada no ano.

Rentabilidade de Renda Fixa - 2015



RENDA VARIÁVEL

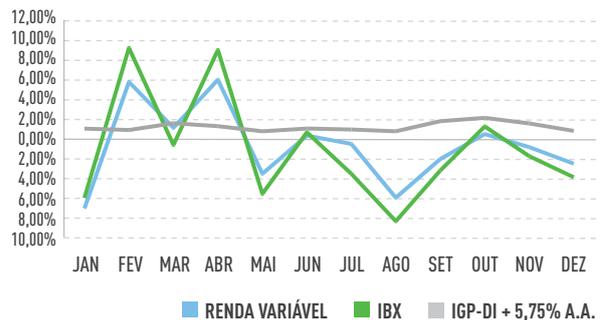
Os recursos aplicados em renda variável totalizaram R\$ 163,9 milhões, representando 13,00% da carteira total de investimentos da Baneses.

A carteira é composta por ações das empresas Banestes, Oi, Energias do Brasil, Bradesco, Petrobras, Vale e, ainda, os Fundos de Investimento em Ações.

Durante o ano de 2015, foram realizados estudos de ALM (Asset and Liability Management – gestão de ativos e passivos) e avaliações cuidadosas das condições de mercado, e iniciou-se a estratégia de gradual desinvestimento no segmento.

A rentabilidade apurada nesta carteira, no ano, ficou em -8,10%, enquanto que o Ibovespa apresentou uma variação de -13,31%, e o índice de referência IBX foi de -12,41%.

Rentabilidade de Renda Variável - 2015



INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

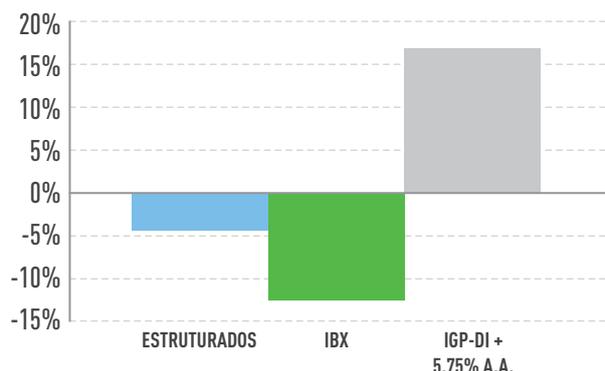
As aplicações em Investimentos Estruturados apresentaram, no final do período, saldo de R\$ 25,7 milhões, representando 2,04% dos investimentos da Baneses.

A carteira é composta por fundo Imobiliário e fundos em participações (FIP) - uma espécie de condomínio fechado que investe na economia real por meio de participações em empresas.

Este segmento foi fortemente impactado pelo retorno negativo no consolidado dos investimentos em participações (FIPs), em que alguns fundos vêm sofrendo com a atual crise, mudanças regulatórias, crise no setor energético e problemas administrativos e no desenvolvimento das obras.

A rentabilidade apurada nesta carteira, no ano, ficou em -4,30%.

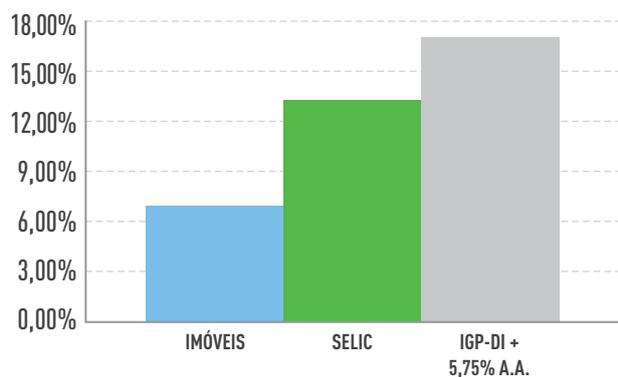
Rentabilidade de Estruturados - 2015



IMÓVEIS

O saldo da carteira de investimentos em imóveis totalizou R\$ 25,6 milhões, representando 2,03% dos investimentos da Baneses. O segmento de imóveis atingiu uma rentabilidade de 6,92% no ano.

Rentabilidade de Imóveis - 2015



EMPRÉSTIMOS

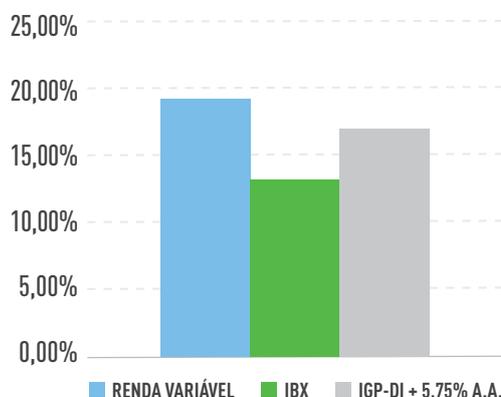
O saldo de Operações com Participantes, que consiste na concessão de empréstimos, apresentado ao final do ano de 2015 foi de R\$ 35,1 milhões, composto por 1.915 contratos ativos, equivalentes a 2,78% dos investimentos da Baneses.

O Empréstimo Pessoal concede valores com taxas inferiores às praticadas no mercado financeiro, e os juros pagos

retornam ao patrimônio da Fundação, que pertence aos Participantes.

Em 2015, essa carteira trouxe uma rentabilidade de 19,24%, equivalente a 144,84% do Selic e 113,35% da Meta Atuarial.

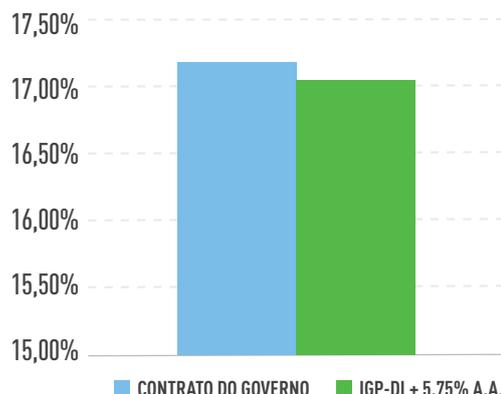
Rentabilidade de Empréstimos - 2015



CONTRATO PARA COBERTURA DO PASSIVO ATUARIAL

Contrato firmado com o Governo do Estado, em 1998, para cobertura do passivo atuarial, por ocasião do processo de saneamento do Banestes S.A., cuja remuneração é IGP-DI + 6,00% a.a., apresentou, ao final do exercício de 2015, um saldo de R\$ 144,6 milhões. A rentabilidade apurada nesta carteira, no ano, foi de 17,17%.

Rentabilidade do Contrato do Governo - 2015



2. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS

Consolidado

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2015	(%)	2014	(%)
Renda Fixa	1.010.606	80,14	838.255	72,74
Renda Variável	163.995	13,00	213.297	18,51
Investimentos Estruturados	25.766	2,04	40.540	3,52
Investimentos Imobiliários	25.612	2,03	25.990	2,26
Empréstimos aos Participantes	35.121	2,78	34.258	2,97
Total dos Investimentos	1.261.100	100,00	1.152.340	100,00

Plano de Benefícios

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2015	(%)	2014	(%)
Renda Fixa	995.210	79,89	823.302	72,39
Renda Variável	163.995	13,16	213.296	18,75
Investimentos Estruturados	25.766	2,07	40.541	3,56
Investimentos Imobiliários	25.612	2,06	25.990	2,29
Empréstimos aos Participantes	35.121	2,82	34.258	3,01
Total dos Investimentos	1.245.704	100,00	1.137.387	100,00

Plano de Gestão Administrativa

(Em R\$ mil)

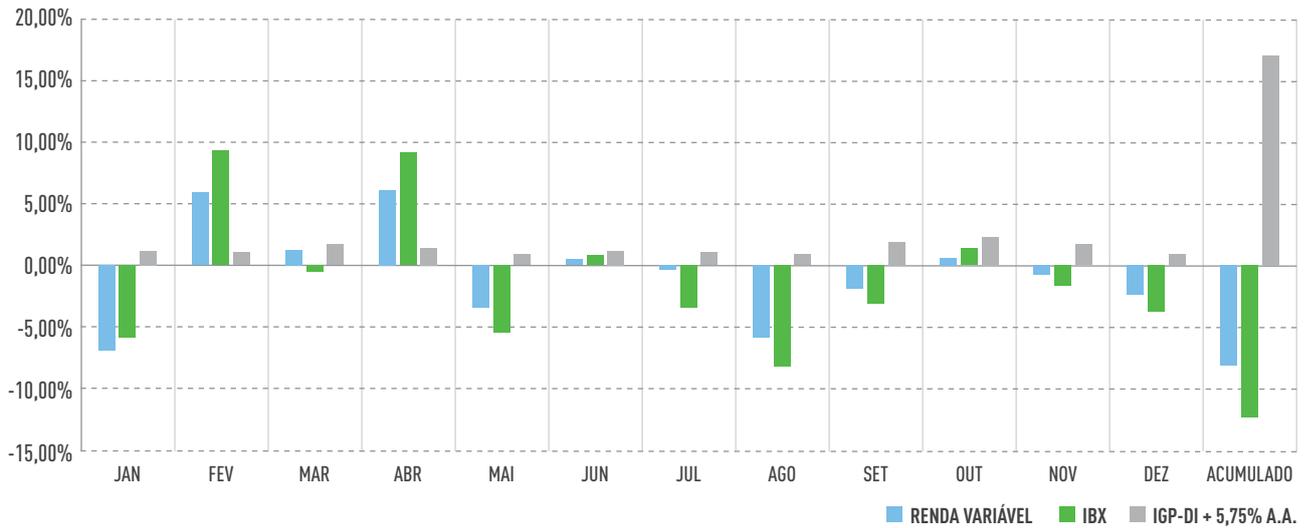
SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2015	(%)	2014	(%)
Renda Fixa	15.396	100,00	14.953	100,00
Total dos Investimentos	15.396	100,00	14.953	100,00

Rentabilidade do Plano de Benefícios - 2015

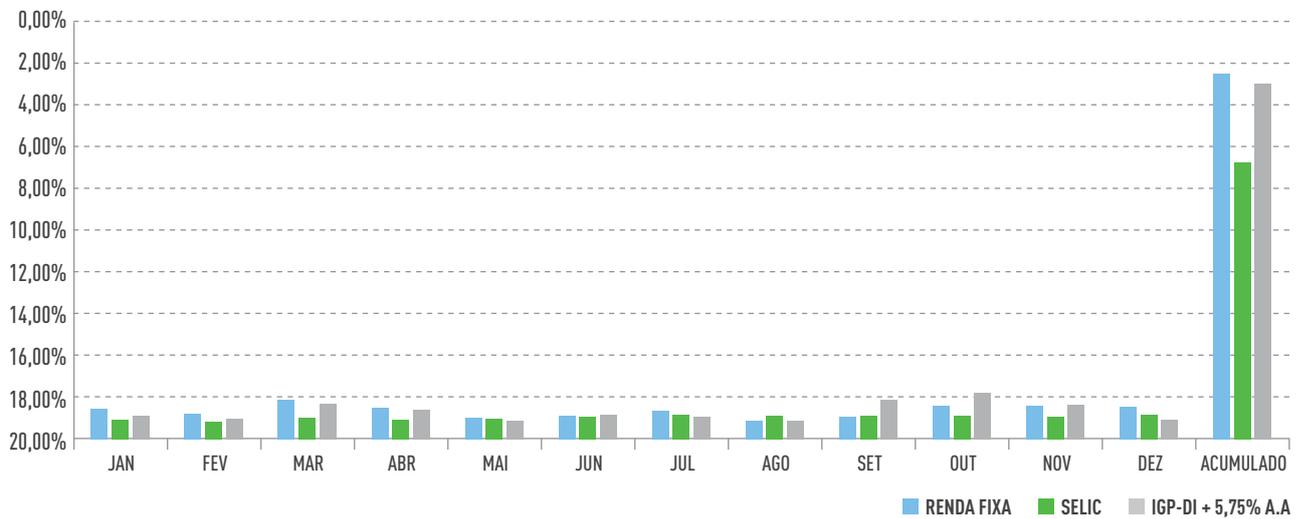
(Em %)

SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	1,46	1,19	1,88	1,50	1,04	1,15	1,36	0,87	1,07	1,58	1,60	1,56	17,52
Renda Variável	-6,96	5,87	1,22	6,10	-3,44	0,44	-0,41	-5,86	-1,94	0,59	-0,74	-2,42	-8,10
Estruturados	-0,08	1,04	0,91	-15,53	-1,30	0,19	2,03	0,11	0,41	-7,24	0,32	17,84	-4,30
Imóveis	0,56	0,55	0,57	0,55	0,50	0,46	0,55	0,53	0,55	0,62	0,65	0,62	6,92
Empréstimos	1,34	1,39	0,98	1,60	1,63	0,93	1,31	1,27	0,93	1,57	2,62	2,17	19,24
Plano de Benefícios	-0,05	1,89	1,60	1,71	0,26	0,94	1,06	-0,09	0,64	1,24	1,37	1,38	12,60

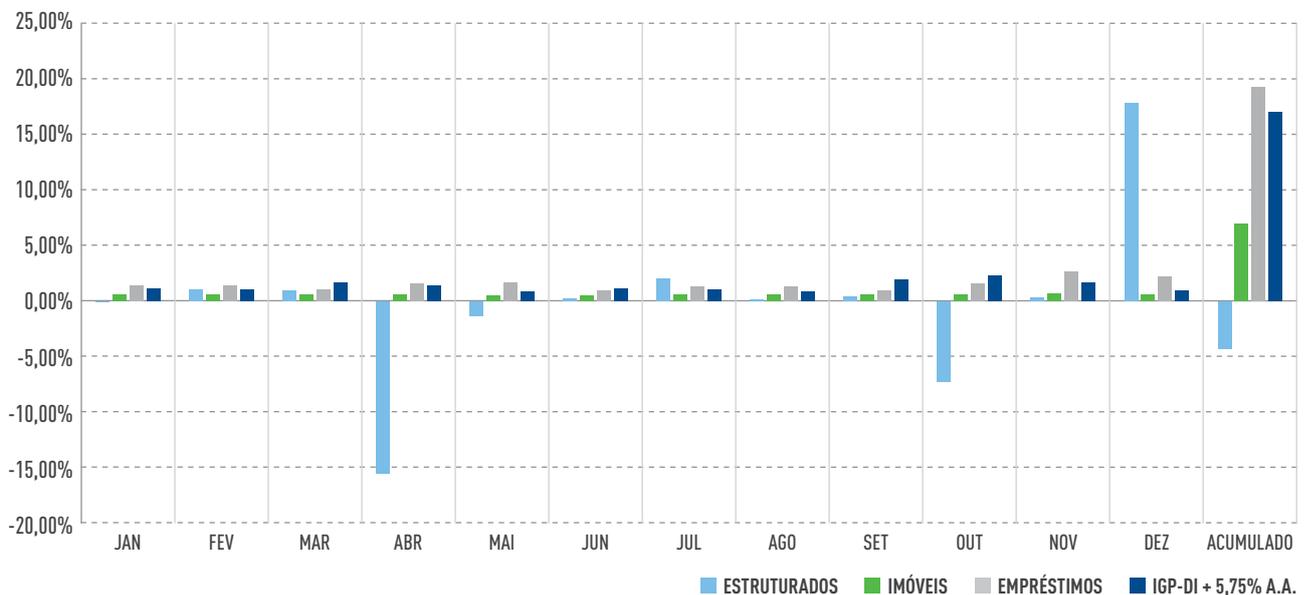
Rentabilidade Plano de Benefícios - Comparativo Renda Variável



Rentabilidade Plano de Benefícios - Comparativo Renda Fixa



Rentabilidade Plano de Benefícios - Comparativo Outros Segmentos

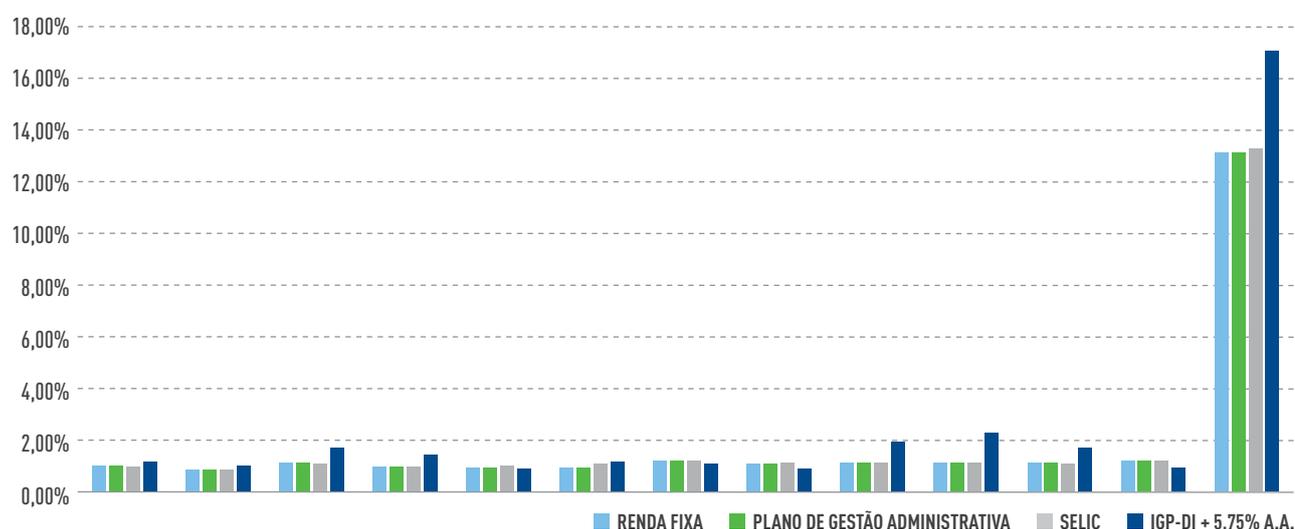


Rentabilidade do PGA - 2015

(Em %)

SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	0,98	0,82	1,09	0,95	0,89	0,92	1,18	1,06	1,11	1,11	1,10	1,16	13,09
Plano de Gestão Administrativa	0,98	0,82	1,09	0,95	0,89	0,92	1,18	1,06	1,11	1,11	1,10	1,16	13,09

Rentabilidade PGA - Comparativo Índices de Referência



Índices de Referência - 2015

(Em %)

SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Selic	0,94	0,82	1,04	0,95	0,99	1,07	1,18	1,11	1,11	1,11	1,06	1,16	13,27
IBX	-5,88	9,33	-0,51	9,12	-5,47	0,76	-3,44	-8,25	-3,11	1,36	-1,66	-3,79	-12,41
IGP-DI + 5,75% a.a.	1,14	1,00	1,68	1,39	0,87	1,15	1,05	0,87	1,89	2,24	1,66	0,91	17,04

Limites Operacionais - 2015

(Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009)

(Em R\$ mil)

- PATRIMÔNIO DA BANESES	
ATIVO TOTAL	1.415.536
(-) Exigível operacional	-2.567
(-) Exigível contigencial	-9.269
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.403.700
- TOTAL DE INVESTIMENTOS	1.261.100
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar	-15
- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)	1.261.085

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% DOS RGRT)	ALOCAÇÃO (R\$ MIL)	% DOS R.G.R.T*	(%) PL
RENDA FIXA	OK	100,0	1.012.513	80,29	72,13
Títulos Federais	OK	100,0	915.111	72,57	65,19
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	100,0	85.272	6,76	6,07
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	100,0	821.059	65,11	58,49
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,0	7.159	0,57	0,51
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	100,0	1.620	0,13	0,12
Ativos de Renda Fixa	OK	80,0	30.746	2,44	2,19
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	80,0	527	0,04	0,04
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	80,0	477	0,04	0,03
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,0	184	0,01	0,01
DPGE - Depósito à Prazo com Garantia Especial	OK	20,0	21.572	1,71	1,54
Outras Operações de Renda Fixa	OK	20,0	7.258	0,58	0,52
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	OK	20,0	727	0,06	0,05
FIDC - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,0	727	0,06	0,05
Fundos de Investimento Financeiro	OK	100,0	66.656	5,29	4,75
FI Crédito Privado	OK	100,0	65.480	5,19	4,66
FI Renda Fixa	OK	20,0	1.176	0,09	0,08
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,0	0	0,00	0,00
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	20,0	0	0,00	0,00
ESTRUTURADO	OK	20,0	19.556	1,55	1,39
Fundos de Investimentos Imobiliários	OK	10,0	5.005	0,40	0,36
Claritas Logística FII	OK	10,0	5.005	0,40	0,36
Fundos de Investimentos em Participações	OK	10,0	14.551	1,15	1,04
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	OK	10,0	4.772	0,38	0,34
Bny Mellon GTD FIP	OK	10,0	343	0,03	0,02
Lacan Florestal FIP	OK	10,0	3.376	0,27	0,24
Rio Bravo Energia I FIP	OK	10,0	6.060	0,48	0,43
RENDA VARIÁVEL	OK	70,0	167.599	13,29	11,94
BANESTES	OK	10,0	15.222	1,21	1,08
ON	OK	10,0	8.533	0,68	0,61
PN	OK	10,0	6.689	0,53	0,48
OI PN	OK	10,0	0	0,00	0,00
ENBR ON	OK	10,0	11.714	0,93	0,83
BRDESCO PN	OK	10,0	1.611	0,13	0,11
PETROBRAS PN	OK	10,0	2.165	0,17	0,15
VALE PNA	OK	10,0	2.409	0,19	0,17
FUNDOS DE AÇÕES	OK	35,0	130.657	10,36	9,31
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	35,0	0	0,00	0,00
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	35,0	3.605	0,29	0,26
Dividendos à Receber			216	0,02	0,02

* RGRT: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas.

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% DOS RGRT)	ALOCÇÃO (R\$ MIL)	% DOS R.G.R.T*	(%) PL
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	OK	10,0	699	0,06	0,05
Investimentos no exterior - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	10,0	699	0,06	0,05
IMÓVEIS	OK	8,0	25.612	2,03	1,82
Máx. 8,00 %	OK	8,0	25.612	2,03	1,82
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	OK	15,0	35.121	2,78	2,50
Empréstimos	OK	15,0	35.121	2,78	2,50
TOTAL	-	-	1.261.100	-	89,84
OPERAÇÕES COM O BANESTES	OK	10,0	15.222	1,21	1,08
Ações BANESTES	OK	10,0	15.222	1,21	1,08

* RGRT: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas.

OBSERVAÇÕES:

01. As aplicações em Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais e não institucionais foram abertas e classificadas de acordo com a Resolução CMN 3.792 de 24 de setembro de 2009;
02. Os critérios adotados para a classificação dos ativos incluídos nas carteiras de Fundos Multimercados Institucionais estão destacados no Relatório Gerencial;
03. As aplicações indiretas em Ações e Derivativos, via Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais, foram classificadas no segmento de Renda Variável;
04. As diferenças percentuais observadas no quadro acima em relação à composição da carteira são decorrentes de adequações aos critérios estabelecidos na Resolução CMN 3.792 de 24 de setembro de 2009.

3. INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23, de 6/12/2006, Art. 5º, subitem IV, apresentamos, a seguir, informações resumidas sobre a política de Investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa referentes ao período entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2020.

3.1. PLANO DE BENEFÍCIOS

Principais características do Plano:

- **Tipo:** Contribuição Variável (CV)
- **Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB):** 1998001229

- **Meta de Rentabilidade:** IGP-DI + 5,75% ao ano
- **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ):** Katya Elvira Paste
- **Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB):** Ricardo Gobbi
- **Período de Referência:** Janeiro de 2016 a dezembro de 2016

A tabela a seguir mostra a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a Baneses poderá manter aplicações:

Alocação dos Recursos

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	85,26%	30,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	6,94%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20,00%	1,42%	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	10,00%	1,41%	0,00%	2,00%
Imóveis	8,00%	2,10%	0,00%	4,00%
Operações com Participantes	15,00%	2,86%	0,00%	15,00%

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Abaixo, apresentamos os índices de referência e metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

Índices de Referência e Metas de Rentabilidade

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	SELIC	IGP-DI + 6,00% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9,00% a.a.
Investimentos Estruturados	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 8,50% a.a.
Investimentos no Exterior	IBrX	IGP-DI + 9,00% a.a.
Imóveis	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 6,00% a.a.
Operações com Participantes	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 8,10% a.a.

Os investimentos em títulos e valores mobiliários de um mesmo emissor - conforme estabelecido pelo §1º, art. 41, de resolução CMN nº 3.792 - devem respeitar os seguintes limites:

Alocação por Emissor (% dos RGRT)

EMISSOR	PI BANESES
Companhias com controle majoritário do governo federal	10,00%
Patrocinador do plano de benefícios	10,00%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN	5,00%
Tesouro estadual ou municipal	5,00%
Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada	5,00%
Organismo multilateral	5,00%
Companhia securitizadora	5,00%

Os investimentos com volume financeiro até 2% (dois por cento) dos recursos garantidores, acumulado a cada mês por modalidade de investimentos, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

Limites de Alçada

CARTEIRA PRÓPRIA	ÓRGÃO COMPETENTE
Títulos Públicos Federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Federais	Diretoria Executiva
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Títulos de Renda Fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de Ações	Conselho Deliberativo
Parcerias Público-Privadas	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

FUNDOS DE INVESTIMENTO	ÓRGÃO COMPETENTE
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado não-Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento no Exterior	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Imobiliário	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Exclusivo	Conselho Deliberativo
Fundos de Participações	Conselho Deliberativo

A gestão dos Fundos de Investimento em Ações (FIA) deverá seguir os critérios definidos pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo, em seus respectivos processos de execução, baseada na metodologia de otimização de carteiras e seguindo os limites objetivo para aplicações e resgates, conforme as barreiras superiores e inferiores definidas. As movimentações deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme limites de alçadas definidos por esta Política de Investimentos.

No que tange à organização de seus investimentos, baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a BANESES adota a estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento de seus investimentos. A tabela a seguir apresenta a estrutura de mandatos adotada, com seus respectivos benchmarks.

Mandatos

MANDATO	BENCHMARK
Carteira Renda Fixa	IGP-DI + 5,75% a.a.
Fundos de Renda Fixa	SELIC
Fundos Renda Fixa Índices	IMA-B
Fundos Ibovespa	Ibovespa
Fundos IBr-X	IBr-X
Fundos de Ações de Estratégia Diferenciada	IBr-X
Multimercado não Institucional	IFM
Multimercado Institucional	IFM-I

GESTÃO DOS RECURSOS

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral
- **CrITÉrios de Contratação de Gestores:** Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasiões em que a Baneses alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela Baneses.

A Baneses faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

CONTROLE DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da Baneses, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da Baneses.

A Baneses monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.

RISCO DE MERCADO – Depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

RISCO DE LIQUIDEZ – Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.

RISCO DE CRÉDITO – Está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.

RISCO LEGAL – Está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.

RISCO OPERACIONAL – Está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade

Katya Elvira Paste
Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Data: 23 de dezembro de 2015
Ata CD: Livro 44 / Páginas 07 e 08.

3.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Principais características do Plano:

Período de Referência: Janeiro de 2016 a Dezembro de 2016

A tabela a seguir mostra a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a Baneses poderá manter aplicações:

Alocação dos Recursos

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	100,00%	90,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	0,00%	0,00%	10,00%

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Abaixo apresentamos os índices de referência e metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

Índices de Referência e Metas de Rentabilidade

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	SELIC	IGP-DI + 6,00% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9,00% a.a.

Os investimentos com volume financeiro até 20% (vinte por cento) dos recursos do PGA, acumulado a cada mês por modalidade de investimento, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

Limites de Alçada

MODALIDADE	ÓRGÃO COMPETENTE
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

GESTÃO DOS RECURSOS

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral
- **Critérios de Contratação de Gestores:** Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasiões em que a Baneses alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela Baneses.

A Baneses faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

CONTROLE DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da Baneses, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da Baneses.

A Baneses monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.

RISCO DE MERCADO – Depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é

importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

RISCO DE LIQUIDEZ – Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.

RISCO DE CRÉDITO – Está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.

RISCO LEGAL – Está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um

RISCO OPERACIONAL – Está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade

Katya Elvira Paste
Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Data: 23 de dezembro de 2015
Ata CD: Livro 44 / Páginas 07 e 08

4. INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS

Participantes

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
Participantes Ativos	1.976	2.076
Participantes Autopatrocinaados	66	65
Participantes vinculados	2	2
Pensionistas	254	252
Aposentados	1.787	1.741

Composição das Despesas Previdenciais

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	VALORES R\$ MIL		QUANTIDADE	
	2015	2014	2015	2014
Ap. Tempo de Contribuição	53.477	51.589	755	720
Ap. Antecipada	26.760	26.146	800	790
Ap. Idade	108	82	13	12
Ap. Invalidez	3.554	3.422	189	189
Ap. Especial	48	47	2	2
Benefício Proporcional Diferido	986	946	28	28
Pensão Por Morte	8.597	8.064	254	252
Benefício Prestação Única	3.560	3.650	11	20
Pecúlio Por Morte	1.474	1.167	18	18
Institutos	2.164	790	20	28

Composição das Receitas Previdenciais

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2015	2014	%
Contribuição de Ativos	11.650	10.956	6,34
Contribuição de Assistidos	9.445	9.686	(2,49)
Contribuição de Patrocinadora	8.345	7.927	5,27
Contribuição de Autopatrocinaados	345	378	(8,87)
Outros Recursos Correntes	30.205	19.084	58,27
Provisões / Remuneração em Atraso / Portabilidade	296	2.483	(88,09)
Total	60.285	50.515	19,34

Provisões Matemáticas

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2015	2014	%
EXIGÍVEL ATUARIAL	1.398.314	1.330.120	5,13
Provisões Matemáticas	1.398.314	1.330.120	5,13
Benefício Concedidos	933.903	903.075	3,41
Benefícios a Conceder	464.411	427.045	8,75

5. DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E NOTAS EXPLICATIVAS

Balanço Patrimonial

(Em R\$ mil)

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
DISPONÍVEL	53	84	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.567	7.078
REALIZÁVEL	1.414.539	1.335.226	Gestão Previdencial	1.748	6.127
Gestão Previdencial	153.042	182.469	Gestão Administrativa	752	887
Gestão Administrativa	397	417	Investimentos	67	64
Investimentos	1.261.100	1.152.340			
Títulos Públicos	906.332	618.968	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9.269	9.264
Créditos Privados e Depósitos	21.572	95.762	Gestão Previdencial	9.269	9.264
Ações	33.338	36.644			
Fundos de Investimentos	239.125	340.718	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.403.700	1.320.202
Investimentos Imobiliários	25.612	25.990	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.387.699	1.304.414
Empréstimos	35.121	34.258	Provisões Matemáticas	1.398.314	1.330.120
			Benefícios Concedidos	933.903	903.075
PERMANENTE	944	1.234	Benefícios a Conceder	464.411	427.045
Imobilizado	268	345	Equilíbrio Técnico	(10.615)	(25.706)
Intangível	676	889	Resultados Realizados	(10.615)	(25.706)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(10.615)	(25.706)
			Fundos	16.001	15.788
			Fundos Administrativos	16.001	15.788
TOTAL DO ATIVO	1.415.536	1.336.544	TOTAL DO PASSIVO	1.415.536	1.336.544

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido do Plano II De Benefícios

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	1.414.784	1.335.657	5,92
Disponível	37	13	184,62
Recebível	169.044	198.257	(14,74)
Investimento	1.245.703	1.137.387	9,52
Títulos Públicos	891.367	604.775	47,39
Créditos Privados e Depósitos	21.572	95.762	(77,47)
Ações	33.337	36.644	(9,02)
Fundos de Investimento	238.694	339.958	(29,79)
Investimentos Imobiliários	25.612	25.990	(1,45)
Empréstimos e Financiamentos	35.121	34.258	2,52
2. Obrigações	11.084	15.455	(28,28)
Operacional	1.815	6.191	(70,69)
Contingencial	9.269	9.264	0,05
3. Fundos não Previdenciais	16.001	15.788	1,35
Fundos Administrativos	16.001	15.788	1,35
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.387.699	1.304.414	6,38
Provisões Matemáticas	1.398.314	1.330.120	5,13
Superávit/Déficit Técnico	(10.615)	(25.706)	(58,71)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-
a) Equilíbrio Técnico	(10.615)	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	87.039	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	76.424	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano II de Benefícios

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.304.414	1.267.023	2,95
1. Adições	196.162	147.364	33,11
(+) Contribuições	64.591	50.515	27,87
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão	131.571	96.826	35,88
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	23	(100,00)
2. Destinações	(112.877)	(109.973)	2,64
(-) Benefícios	(110.880)	(108.107)	2,57
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1)	-	-
(-) Custeio Administrativo	(1.996)	(1.866)	6,97
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	83.285	41.746	122,74
(+/-) Provisões Matemáticas	68.194	(4.190)	63,35
(+/-) Fundos Previdenciais	-	(165)	(100,00)
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	15.091	-	(9.246,30)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.387.699	1.304.414	6,38
C) Fundos não previdenciais	213	91	134,07
(+/-) Fundos Administrativos	213	91	134,07

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.320.202	1.282.720	2,92
1. Adições	201.775	152.094	32,67
(+) Contribuições Previdenciais	62.595	48.649	28,67
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	131.571	96.826	35,88
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	23	(100,00)
(+) Receitas Administrativas	5.733	5.086	12,71
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.876	1.509	24,32
2. Destinações	(118.277)	(114.612)	3,20
(-) Benefícios	(110.880)	(108.107)	2,57
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1)	-	-
(-) Despesas Administrativas	(7.396)	(6.505)	13,70
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	83.498	37.482	122,77
(+/-) Provisões Matemáticas	68.194	41.746	63,35
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	15.091	(165)	(9.225,45)
(+/-) Fundos Previdenciais	-	(4.190)	(100,00)
(+/-) Fundos Administrativos	213	91	134,72
4. Operações Transitórias	-	-	
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	1.403.700	1.320.202	6,32

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano II de Benefícios

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.398.783	1.319.869	5,98
1. Provisões Matemáticas	1.398.314	1.330.120	5,13
1.1 Benefícios Concedidos	933.903	903.075	3,41
Benefício Definido	933.903	903.075	3,41
1.2 Benefícios a Conceder	464.411	427.045	8,75
Contribuição Definida	411.076	380.754	7,96
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	177.903	165.168	7,71
Saldo de Contas - parcela participantes	233.173	215.586	8,16
Benefício Definido	53.335	46.291	15,22
2. Equilíbrio Técnico	(10.615)	(25.706)	(58,71)
2.1. Resultados Realizados	(10.615)	(25.706)	(58,71)
(-) Déficit técnico acumulado	(10.615)	(25.706)	(58,71)
3. Fundos	-	-	
4. Exigível Operacional	1.815	6.191	(70,69)
4.1. Gestão Previdencial	1.748	6.127	(71,47)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	67	64	4,69
5. Exigível Contingencial	9.269	9.264	0,05
5.1. Gestão Previdencial	9.269	9.264	0,05

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

DESCRICAÇÃO	2015	2014	VARIACÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.788	15.697	0,58
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.609	6.595	15,37
1.1 Receitas	7.609	6.595	15,38
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.996	1.866	6,97
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.098	3.130	(1,02)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	565	-	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.876	1.509	24,33
Outras Receitas	74	90	(17,78)
2. Despesas Administrativas	7.396	6.504	13,71
2.1 Administração Previdencial	4.298	3.702	16,10
Pessoal e encargos	2.755	2.240	22,99
Treinamentos/congressos e seminários	20	32	(37,58)
Viagens e estadias	26	41	(36,59)
Serviços de terceiros	529	518	2,12
Despesas gerais	348	285	22,11
Depreciações e amortizações	336	330	1,82
Tributos	284	-	-
Outras despesas	-	256	(100,00)
2.2 Administração dos Investimentos	3.098	2.802	10,56
Pessoal e encargos	2.055	1.839	11,75
Treinamentos/congressos e seminários	16	18	(11,11)
Viagens e estadias	23	30	(23,33)
Serviços de terceiros	574	541	6,10
Despesas gerais	204	173	17,92
Depreciações e amortizações	36	31	16,13
Tributos	190	-	-
Outras despesas	-	170	(100,00)
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	213	91	134,07
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	213	91	134,07
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	16.001	15.788	1,35

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (EM MILHARES DE REAIS)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL – BANESES é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado. Foi instituída em 11 de julho de 1972, tendo atualmente como Patrocinadores o Banestes S/A – Banco do Estado do Espírito Santo, a Banestes Seguros S/A, a Banestes Administradora e Corretora de Seguros LTDA, a Banestes Clube de Seguros e a Fundação Banestes de Seguridade Social. A Baneses segue as normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social e Conselho Monetário Nacional.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Baneses tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Os recursos de que a Fundação Banestes de Seguridade Social dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus Patrocinadores, Participantes (ativos) e Assistidos (aposentados e pensionistas), e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

A partir de 01 de maio de 1998, a Baneses implantou um novo plano, denominado Plano II de Aposentadoria, permitindo que aqueles que participavam do Plano I de Aposentadoria se transferissem para o Plano II de Aposentadoria. Durante o período em que foi possibilitada essa transferência, todos os Participantes e Assistidos do Plano I optaram pela adesão ao novo Plano (Plano II de Aposentadoria).

Os benefícios do Plano II de Aposentadoria são custeados através de contribuições mensais dos Participantes e das Patrocinadoras, em alíquotas a partir de 3%, incidentes sobre os salários de participação recebidos pelos Participantes. A Contribuição Normal das Patrocinadoras é paritária às contribuições dos Participantes, limitada à contribuição de 9%. O Plano II é custeado também através de contribuições

mensais dos Assistidos, incidentes sobre o valor dos benefícios originados das reservas constituídas no Plano I, em alíquotas progressivas de acordo com a tabela atualizada em setembro de cada ano, com percentual mínimo de 10% (não aplicado para os benefícios de pensão e invalidez).

Em 29 de outubro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria nº 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria proposta pela Administração da Baneses. Com essa aprovação, a partir do dia 30 de outubro de 2013, o Plano II de Aposentadoria da Baneses foi fechado para a adesão de novos participantes.

Em 24 de dezembro de 2014, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou alteração do Estatuto da Fundação Banestes de Seguridade Social, que trata dos critérios para nomeação da Diretoria Executiva da Entidade. Com a alteração, o Diretor de Seguridade passa a ser eleito pela maioria dos votos diretos dos Participantes e Assistidos da Fundação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em 2013, a instituição de novo plano de aposentadoria – Plano III de Aposentadoria – para os novos Participantes da Baneses, na modalidade Contribuição Definida, em fase de desenvolvimento.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2015 e 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS; pelas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através

da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011; pela Previc, por meio da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, alterada pelas Instruções Previc nº 05, de 08/09/2011, nº 21, de 23/03/2015, e nº 25, de 17/12/2015; e pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11); e pelas práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação, em separado, de ativos e passivos, sejam circulantes ou de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa, e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 NBC TG 26.

A autorização para a conclusão dessas demonstrações contábeis pela Diretoria Executiva da Banestes ocorreu em 22 de fevereiro de 2016.

2.1 – RECLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL:

- a) Alteração da Demonstração da Mutação do ativo Líquido do Plano no item “C – Fundos não previdenciais – Fundos Administrativos”, que considera varia o dos fundos no final do exercício (conta 4.7.0.0.00.00.00), conforme Instru o Previc n  25, de 17/12/2015;
- b) Altera o do item “B – Ativo Líquido Final do Exercício” em razão de inversão de valor no item “3 – Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido”.

Demonstra o da Muta o do Ativo Líquido do Plano II de Benefícios

(Em R\$ mil)

DESCRI�O	2014
A) Ativo Líquido - In�cio do exercício	1.267.023
1. Adi�o�es	147.364
(+) Contribui�o�es	50.515
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	96.826
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	23
2. Destina�o�es	(109.973)
(-) Benefícios	(108.107)
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-
(-) Custeio Administrativo	(1.866)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	37.391
(+/-) Provis�o�es Matemáticas	41.746
(+/-) Fundos Previdenciais	(4.190)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(165)
4. Opera�o�es Transitórias	-
(+/-) Opera�o�es Transitórias	-
B) Ativo Líquido - Final do exercício (A+3+4)	1.304.414
C) Fundos não previdenciais	91
(+/-) Fundos Administrativos	91

2.2 CONSOLIDA O DAS DEMONSTRA O ES:

As demonstra o es contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolida o, emanados da legisla o societária brasileira, e em atendimento   Resolu o CNPC n  8, de 31/10/2011,   Instru o SPC n  34, de 24/09/2009, e   ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As contas passiveis de ajustes e elimina o es são: “Superávit Técnico, Déficit Técnico, migra o es entre planos, Compens o es de Fluxos Previdenciais, Participa o no Plano de Gestão Administrativa e Participa o no Fundo Administrativo PGA”.

Essas práticas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às demonstrações contábeis do exercício social anterior. No processo de consolidação das demonstrações contábeis da Baneses, foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	PLANO II	PLANO CONSOLIDADO
Gestão administrativa - participação no PGA	16.001	(15.788)
Total do Ativo	16.001	(15.788)
Fundo - Participação no fundo administrativo	(16.001)	15.788
Total do Passivo	(16.001)	15.788

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

a) Realizável Gestão Previdencial: registra, principalmente, o compromisso assumido pelo Governo do Estado do Espírito Santo com a Fundação Banestes de Seguridade Social, dentro do processo de saneamento do Banestes S/A, conforme contrato firmado em 29 de junho de 1998, no valor histórico de R\$ 147.000 com amortização em 240 (duzentos e quarenta) meses atualizados pela TR + 8% (oito por cento) a.a. até 30 de dezembro de 2002 e, por força de aditivo contratual, IGP-DI + 6% a.a. a partir de 31 de dezembro de 2002. O saldo devedor dessa operação em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 144.643 (R\$ 170.722 em 31 de dezembro de 2014).

b) Realizável Gestão Administrativa: em conformidade com a Resolução CGPC nº 8, de 31/10/2011, e Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA	2015	2014
Gestão Administrativa	397	417
Contas a Receber	32	49
Despesas Antecipadas	-	2
Outros Realizáveis	365	366

c) Realizável Investimentos:

RENDA FIXA: representa as aplicações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas ou pós-fixadas. Os títulos para negociação são avaliados a valor de mercado, e os títulos mantidos até o vencimento são atualizados pelos rendimentos incorridos até a data do balanço.

RENDA VARIÁVEL: representa as aplicações em ações, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas diretas de corretagens e demais taxas, e foram avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC nº 25, de 30/06/2008. As ações que não são negociadas em Bolsa de Valores são avaliadas pelo preço de custo ou valor patrimonial – dos dois, o menor.

A variação apurada em decorrência do confronto do valor contábil e o da avaliação de mercado foi apropriada diretamente à conta de resultado.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS: estão demonstrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano, e ajustados periodicamente, de acordo com avaliações a valor de mercado em, no máximo, 03 (três) anos. Os aluguéis e alienação foram atualizados pelas taxas contratadas.

No exercício de 2014, foi realizada reavaliação imobiliária através da empresa Consulting Engenharia S/S Ltda., CNPJ nº. 02.480.066/0001-51, pelo método comparativo de dados de mercado.

O resultado do laudo definiu o valor de mercado dos referidos investimentos em R\$ 9.711 acima do valor contábil correspondente. Os efeitos desta reavaliação foram registrados no realizável dos investimentos.

DESCRIÇÃO	VALOR CONTÁBIL (A)	VALOR REAVALIADO (B)	RESULTADO (B-A)
Edificações	16.313	26.024	9.711

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES: representam os empréstimos concedidos aos Participantes e são registrados pelo valor concedido, ajustado pela variação mensal do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e juros de 0,63% a.m. Os empréstimos se sujeitam ainda ao IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado no ato da liberação.

d) Permanente:

IMOBILIZADO: está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Baneses são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimado na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Móveis e Utensílios	10,00% a. a.
Máquinas e Equipamentos	10,00% a. a.
Sistemas de Comunicação	10,00% a. a.
Computadores e Periféricos	20,00% a. a.
Sistemas Computacionais	20,00% a. a.

INTANGÍVEL: composto pelo sistema de benefícios desenvolvido pela Baneses e pelas despesas incorridas com o desenvolvimento do Plano III de Aposentadoria, com saldo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 676 (R\$ 889 em 2014).

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD: a provisão para perdas prováveis dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A”, da Instrução Normativa SPC nº 34, de 24/09/2009. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;

50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;

75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

f) Ativos Contingentes: Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.180, de 04/08/2009, e Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estabelecem a necessidade de uma breve descrição da natureza contingentes da Baneses em 31 de dezembro de 2015:

Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado pela União, em 23 de julho de 1986, com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada, na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A Baneses, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei nº

2.288, de 23/07/1986, adquiriu, compulsoriamente, cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e, a partir de fevereiro de 1989, pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei n.º 7.738, de 09/03/1989, acrescentado pela Lei n.º 7.764, de 02/05/1989. Posteriormente, com a publicação da Lei n.º 8.177, de 04/03/1991, art. 38, os saldos das OFNDs seriam reajustados pela Taxa Referencial –TR.

A Baneses é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFNDs e, consequentemente, dos respectivos rendimentos, adotando, para tal fim, o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28 de junho de 2011, no montante aproximado de R\$ 20.797, o qual representa a parte da Baneses. Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a Baneses não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como a incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução). Em 14 de outubro de 2011, a Previc encaminhou Ofício nº 4.621/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil.

g) Exigível Operacional: demonstra as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos Participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais e recebimentos de receitas antecipadas.

h) Exigível Contingencial: é representado por provisões constituídas com base em estimativas apuradas pela Assessoria Jurídica, que classificam as contingências com chance de perda provável, possível e evidenciadas em nota explicativa; e a provável perda é provisionada.

A Administração da Fundação Banestes entende que as provisões constituídas são suficientes para atender às eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

i) Provisões Matemáticas: são apuradas no final do exercício e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos Assistidos e Participantes, trazidos a valor presente.

j) Fundos: são recursos constituídos e destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

FUNDO ADMINISTRATIVO: tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados na administração do Plano de Benefícios.

As mutações do exercício foram:

DISCRIMINAÇÃO	FUNDO ADMINISTRATIVO	TOTAL
Saldos em 31/12/2014	15.788	15.788
Formação/Reversão de Fundos	213	213
Saldos em 31/12/2015	16.001	16.001

k) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas: as adições e deduções, receitas e despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas das empresas investidas.

4 – INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a Baneses possuía os seguintes investimentos em garantia das provisões matemáticas:

Composição Consolidada da Carteira de Investimentos:

INVESTIMENTOS	2015	2014
Títulos Públicos Federais	906.332	618.968
Notas do Tesouro Nacional	821.059	527.444
Letras Financeiras do Tesouro	85.273	91.524
Créditos Privados e Depósitos	21.572	95.762
Instituições Financeiras	21.572	95.762
Ações	33.338	36.644
Instituições Financeiras	1.688	2.487
Companhias Abertas	16.318	16.759
Patrocinadores	15.332	17.398
Fundos de Investimentos	239.125	340.718
Renda Fixa	66.656	84.833
Ações Mercado a Vista	130.657	176.652
Multimercado	22.256	54.518
Participações	14.551	20.249
Imobiliário	5.005	4.466
Investimentos Imobiliários	25.612	25.990
Edificações para Uso Próprio	518	528
Edificações Locadas ao Patrocinador	24.547	24.930
Edificações para Renda	318	331
Aluguéis a Receber	224	201
Alienação de Imóveis	5	-
Empréstimos	35.121	34.258
Empréstimos	35.121	34.258
Total dos Recursos	1.261.100	1.152.340

4.1 RESOLUÇÃO CGPC Nº 4, DE 30/01/2002, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

- a) **Títulos para negociação** – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização;
- b) **Títulos mantidos até o vencimento** – quando a intenção da administração, considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”, em virtude da capacidade financeira da Baneses.

Os títulos classificados no item (a) são avaliados mensalmente ao valor de mercado, e seus efeitos reconhecidos em conta específica na Demonstração de Resultados. Os títulos classificados no item (b) são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os títulos estavam assim classificados:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
	2015			2014		
Renda Fixa						
Fundos de Investimentos	71.272	82.702	82.702	113.717	123.525	225.250
Multimercado	14.738	16.046	16.046	35.208	38.692	89.342
Renda Fixa	56.534	66.656	66.656	78.509	84.833	135.908
Acima de 360 dias	73.005	85.272	85.272	69.542	91.524	91.524
LFT	73.005	85.272	85.272	69.542	91.524	91.524
Total - Renda Fixa	144.277	167.974	167.974	183.259	215.048	316.773
Renda Variável						
Fundos de Investimentos	142.064	130.657	130.657	176.766	176.652	176.652
Ações - FIAs	142.064	130.657	130.657	176.766	176.652	176.652
Ações	54.015	33.121	33.121	54.014	36.244	36.244
Ações Banestes	20.498	15.222	15.222	20.498	17.317	17.317
Ações OI S.A. ¹	10	-	-	10	2	2
Ações EDP - Energias do Brasil	5.621	11.714	11.714	5.621	8.727	8.727
Ações Bradesco	1.996	1.611	1.611	1.996	2.441	2.441
Ações Petrobrás	14.174	2.165	2.165	14.174	3.238	3.238
Ações Vale	11.716	2.409	2.409	11.716	4.519	4.519
Total - Renda Variável	196.079	163.778	163.778	230.779	212.896	212.896
Investimentos Estruturados						
Total de Fundos de Participação	21.415	14.551	14.551	20.397	20.249	20.249
Total de Fundos de Investimentos Multimercado						
Estruturado	5.000	6.210	6.210	15.000	15.826	15.826
Total de Fundos Imobiliário	4.075	5.005	5.005	3.850	4.465	4.465
Total - Investimentos Estruturados	30.490	25.766	25.766	39.247	40.541	40.541
Títulos Para Negociação - Total	370.846	357.518	357.518	453.285	468.485	570.210
Renda Fixa						
De 01 a 180 dias²	11.000	21.572	21.552	18.000	29.753	29.741
DPGE Banco Indusval	-	-	-	8.000	13.451	13.447
DPGE Banco Mercantil	-	-	-	10.000	16.302	16.293
DPGE Banco FIBRA	11.000	21.572	21.552	-	-	-
De 181 a 360 dias	20.142	21.667	21.821	27.000	47.854	48.015
DPGE Banif	-	-	-	6.000	11.005	11.041
DPGE Bicbanco	-	-	-	11.000	20.128	20.251
DPGE Schahin	-	-	-	10.000	16.722	16.723
NTN-B	20.142	21.667	21.821	-	-	-
Acima de 360 dias	592.057	799.393	791.486	400.155	545.600	562.923
DPGE Banco Fibra	-	-	-	11.000	18.155	18.146
NTN - C	112.337	223.532	245.320	112.337	201.781	236.881
NTN - B	479.720	575.861	546.166	276.817	325.664	307.895
Títulos Mantidos Até o Vencimento	623.199	842.633	834.859	445.155	623.207	640.679
Total	994.045	1.200.151	1.192.377	898.440	1.091.692	1.210.888

¹ As ações OI S.A. foram adquiridas através da reorganização societária da Brasil Telecom, convertendo o total de ações Brasil Telecom em ações OI S.A.. O valor de aquisição do papel refere-se ao valor das ações OI S.A. no momento da conversão;

² O valor de mercado dos títulos públicos federais segue o divulgado pela ANBIMA para o dia 31/12/2015, enquanto o valor de mercado dos DPGEs em carteira foram calculados pela Risk Office.

4.2 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS:

A resolução CNPC 16, de 19/11/2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico, e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

Em 4 de fevereiro de 2015, a Instrução Previc nº 19 definiu os critérios e procedimentos para o cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”, calculados considerando a

taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,75% a.a. e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação está discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL em 31 de dezembro de 2015 e resultou no valor positivo de R\$ 87.039, assim demonstrado:

Data de Posição: 31/12/2015

Meta Atuarial Utilizada: 5,75% a.a.

POSIÇÃO	FINANCEIRO CARTEIRA	FINANCEIRO RECALCULADO	DIFERENÇA CONTÁBIL X RECALCULADO
NTN-B	420,838	470,896	50,059
NTN-C	223,532	260,512	36,980
TOTAL	644,369	731,408	87,039

Ajuste de precificação dos títulos públicos federais:

Títulos Mantidos até o Vencimento

TIPO	MTM % AA	TAXA DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANT. FLUXO	PU CARTEIRA	FINANCEIRO CARTEIRA	PU RECALCULADO	FINANCEIRO RECALCULADO	DIFERENÇA FINANCEIRO MERCADO X FINANCEIRO RECALCULADO	DURATION RECALCULADO
NTN-B	5,7500	7,187258	15/08/2016	5,700	2,814	16,041	2,837	16,173	0,131	0,152
NTN-B	5,7500	7,275559	15/08/2016	2,000	2,813	5,626	2,837	5,675	0,049	0,152
NTN-B	5,7500	7,398438	15/08/2018	1,150	2,747	3,159	2,851	3,279	0,119	0,605
NTN-B	5,7500	6,653693	15/05/2019	2,000	2,744	5,488	2,817	5,633	0,145	0,771
NTN-B	5,7500	6,692233	15/05/2019	2,000	2,741	5,482	2,817	5,633	0,151	0,771
NTN-B	5,7500	6,705029	15/05/2019	2,000	2,740	5,480	2,817	5,633	0,153	0,771
NTN-B	5,7500	6,610029	15/05/2019	2,000	2,748	5,495	2,817	5,633	0,138	0,771
NTN-B	5,7500	6,758372	15/05/2019	2,300	2,736	6,293	2,817	6,478	0,185	0,771
NTN-B	5,7500	6,577684	15/05/2019	2,100	2,750	5,775	2,817	5,915	0,139	0,771
NTN-B	5,7500	6,641918	15/05/2019	2,000	2,745	5,490	2,817	5,633	0,143	0,771
NTN-B	5,7500	6,348358	15/05/2023	13,450	2,743	36,893	2,837	38,164	1,271	1,516

TIPO	MTM % AA	TAXA DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANT. FLUXO	PU CARTEIRA	FINANCEIRO CARTEIRA	PU RECALCULADO	FINANCEIRO RECALCULADO	DIFERENÇA FINANCEIRO MERCADO X FINANCEIRO RECALCULADO	DURATION RECALCULADO
NTN-B	5,7500	6,251460	15/05/2023	2,800	2,758	7,722	2,837	7,945	0,222	1,516
NTN-B	5,7500	6,198520	15/05/2023	1,200	2,766	3,319	2,837	3,405	0,085	1,516
NTN-B	5,7500	6,283433	15/05/2023	1,200	2,753	3,304	2,837	3,405	0,101	1,516
NTN-B	5,7500	6,218842	15/05/2023	2,000	2,763	5,526	2,837	5,675	0,149	1,516
NTN-B	5,7500	6,410016	15/05/2023	2,700	2,733	7,380	2,837	7,661	0,281	1,516
NTN-B	5,7500	7,280552	15/08/2024	9,300	2,620	24,365	2,883	26,812	2,448	1,693
NTN-B	5,7500	6,200012	15/08/2030	1,200	2,788	3,346	2,906	3,487	0,141	2,469
NTN-B	5,7500	7,150445	15/05/2035	9,400	2,476	23,271	2,878	27,056	3,785	2,966
NTN-B	5,7500	7,750532	15/05/2035	27,000	2,328	62,858	2,878	77,713	14,855	2,966
NTN-B	5,7500	6,339175	15/05/2035	2,000	2,698	5,396	2,878	5,757	0,360	2,966
NTN-B	5,7500	6,301902	15/05/2035	2,000	2,709	5,418	2,878	5,757	0,339	2,966
NTN-B	5,7500	6,328433	15/05/2035	2,000	2,701	5,402	2,878	5,757	0,354	2,966
NTN-B	5,7500	6,480009	15/05/2035	2,000	2,657	5,315	2,878	5,757	0,442	2,966
NTN-B	5,7500	6,510007	15/05/2035	1,000	2,649	2,649	2,878	2,878	0,229	2,966
NTN-B	5,7500	6,510007	15/05/2035	1,000	2,649	2,649	2,878	2,878	0,229	2,966
NTN-B	5,7500	6,938434	15/08/2040	6,650	2,542	16,902	2,929	19,479	2,577	3,308
NTN-B	5,7500	6,661361	15/08/2040	6,700	2,625	17,584	2,929	19,626	2,041	3,308
NTN-B	5,7500	6,740268	15/08/2040	6,700	2,600	17,423	2,929	19,626	2,202	3,308
NTN-B	5,7500	6,634334	15/08/2040	5,000	2,633	13,164	2,929	14,646	1,482	3,308
NTN-B	5,7500	7,249444	15/08/2040	8,500	2,453	20,854	2,929	24,898	4,044	3,308
NTN-B	5,7500	7,409687	15/08/2040	4,360	2,410	10,507	2,929	12,771	2,264	3,308
NTN-B	5,7500	7,317393	15/08/2040	5,700	2,435	13,878	2,929	16,696	2,818	3,308
NTN-B	5,7500	7,375009	15/08/2040	2,210	2,419	5,346	2,929	6,474	1,127	3,308
NTN-B	5,7500	7,290422	15/08/2040	2,600	2,442	6,350	2,929	7,616	1,266	3,308
NTN-B	5,7500	6,619241	15/05/2045	11,488	2,584	29,684	2,897	33,276	3,592	3,621
NTN-C	5,7500	9,439849	01/07/2017	2,550	3,306	8,431	3,470	8,848	0,417	0,355
NTN-C	5,7500	8,199860	01/07/2017	3,300	3,360	11,087	3,470	11,450	0,363	0,355
NTN-C	5,7500	8,299858	01/07/2017	2,500	3,355	8,388	3,470	8,674	0,286	0,355
NTN-C	5,7500	8,300000	01/04/2021	2,250	3,099	6,972	3,448	7,758	0,786	1,136
NTN-C	5,7500	8,300009	01/04/2021	16,742	3,099	51,878	3,448	57,724	5,846	1,136
NTN-C	5,7500	8,300009	01/04/2021	1,650	3,099	5,113	3,448	5,689	0,576	1,136
NTN-C	5,7500	8,330001	01/01/2031	8,619	4,570	39,391	5,578	48,077	8,686	2,169
NTN-C	5,7500	8,266936	01/01/2031	8,350	4,591	38,339	5,578	46,577	8,238	2,169
NTN-C	5,7500	8,187872	01/01/2031	1,000	4,618	4,618	5,578	5,578	0,960	2,169
NTN-C	5,7500	8,145000	01/01/2031	0,725	4,633	3,359	5,578	4,044	0,685	2,169
NTN-C	5,7500	8,145000	01/01/2031	0,725	4,633	3,359	5,578	4,044	0,685	2,169
NTN-C	5,7500	8,337997	01/01/2031	1,200	4,568	5,481	5,578	6,694	1,213	2,169
NTN-C	5,7500	8,346402	01/01/2031	6,031	4,565	27,530	5,578	33,641	6,111	2,169
NTN-C	5,7500	8,346402	01/01/2031	2,100	4,565	9,586	5,578	11,714	2,128	2,169

5 – EXIGÍVEL ATUARIAL

5.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS:

As Provisões Matemáticas são constituídas e consignadas contabilmente com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, Mercer Human Resource Consulting e, conforme Parecer Atuarial datado de 22 de fevereiro de 2016, as provisões, avaliadas no regime financeiro de capitalização, estão desdobradas da seguinte forma:

Benefícios Concedidos: representam os compromissos futuros da Entidade para com os Assistidos e com as pensões de dependentes.

Benefícios a Conceder: representam os compromissos futuros da Entidade para com os Participantes.

A composição do exigível atuarial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Benefícios Concedidos	933.903	903.075
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	933.903	903.075
Valor Atual Benefícios Futuros Programados	819.869	792.491
Valor Atual Benefícios Futuros não Programados	114.034	110.584
Benefícios a Conceder	464.411	427.045
Contribuição Definida	411.076	380.754
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	177.903	165.168
Saldo de Contas Parcela Participante	233.173	215.586
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	53.335	46.291
Valor Atual dos Benefícios não programados	53.335	46.291
Total de Provisões Matemáticas	1.398.314	1.330.120

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

MUTAÇÃO	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	BENEFÍCIOS A CONCEDER	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2014	903.075	427.045	1.330.120
Apropriação a resultado	30.828	37.366	68.194
Saldos em 31 de dezembro de 2015	933.903	464.411	1.398.314

Hipóteses Atuariais: apresentamos, a seguir, as principais hipóteses adotadas:

PLANO II DE APOSENTADORIA	2015	2014
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,75% a.a	5,75% a.a
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾⁽²⁾	2% a.a	2% a.a
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a	0% a.a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I (- 2% a.a) Plano II 0% a.a	Plano I (- 2% a.a) Plano II 0% a.a

PLANO II DE APOSENTADORIA	2015	2014
Fator de capacidade para os salários	0,98	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade de geral ⁽⁴⁾	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽⁵⁾	AT – 49	AT – 49
Tábua de entrada de invalidez ⁽⁶⁾	Mercer Disability	Mercer Disability

(1) O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do plano I oriundos da migração do plano I para o plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajuste salariais de longo prazo.

(3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativas futuras das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

(4) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo sem agravamentos.

(5) Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

(6) A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

5.2 CÁLCULO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015:

A taxa de juros atuarial foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19/11/2014, Instrução Previc nº 23, de 26/06/2015, e Portaria Previc nº 708, de 22/12/2015.

Adicionalmente, ressalta-se que a adequação da taxa de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do Plano de Benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram taxa máxima de 5,95% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento do exercício.

O estudo técnico contendo todos os arquivos e documentações requeridas pela Instrução nº 23/2015 foi submetido pela Entidade à Previc para requisição de autorização prévia para utilização de taxa de 5,95% a.a., sendo a referida taxa aprovada pela Previc.

Com base no exposto, apesar de ter solicitado uma taxa de juros superior a atual, a Diretoria Executiva, considerando cenário econômico, propôs a manutenção da taxa de 5,75% a.a., e o Conselho Deliberativo aprovou. Essa taxa está abaixo

do solicitado à Previc, e, por esse motivo, a Entidade deverá comunicar essa decisão no Demonstrativo Atuarial e em ofício a ser enviado à Previc.

6 – CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 22 de dezembro de 2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Baneses, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu, como limite das despesas administrativas, o percentual de 1% sobre o montante dos recursos garantidores do Plano de Benefícios, em vigor a partir do mês de janeiro de 2015.

Para custeio das despesas administrativas, os Participantes, Assistentes e Patrocinadores efetuam o pagamento da contribuição equivalente a 0,50% do Salário de Participação. As despesas administrativas comuns foram assim rateadas: 60% para a gestão previdencial, e 40% para a gestão de investimentos.

7 – CONTINGÊNCIAS

A Baneses registra uma contingência de 161 ações tramitando na justiça, das quais 63 tramitam na justiça comum e 98 na justiça do trabalho. Das ações em curso, aquelas com risco provável de perda para a Baneses, no total de 54, já se encontram provisionadas no exigível contingencial em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 8.813 (R\$ 8.812 em 2014).

Quanto aos demais processos, a maioria com sentenças favoráveis à Baneses, R\$ 5.698 referem-se a reclamações trabalhistas, e R\$ 2.629 a ações cíveis e tributárias.

A Baneses é autora nas seguintes ações:

- Proposta pela ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento, BNDES e União Federal, processo de nº. 910123902-3, junto à 23ª Vara Federal de Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que já transitou em julgado, razão pela qual possui crédito relativo ao êxito da ação em referência, que ainda depende de apuração e liquidação, motivo pela qual referido crédito não será consignado na conta de ativos da Baneses.
- Proposta pela LOBO & IBEAS em face do Fundo Garantidor de Crédito, processo de nº. 583.00.210.201351-2, junto à 10ª Vara Cível da Comarca de São Paulo-SP, objetivando a recuperação do crédito devido pela decretação de falência do Banco Santos.

8 – DETALHAMENTO DO SALDO DA RUBRICA “OUTROS”

Em atendimento à letra “k”, do item 30, do Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas “Outros” é o seguinte:

	2015	2014
a) Ativo Realizável – Gestão Previdencial		
Rubrica 1.2.1.9.00.00.0 – Outros Realizáveis		
1. Valor a receber de ex aposentados	-	3.332
2. Ressarcimento de Tributos	1	-
Total Outros Realizáveis	1	3.332
b) Receitas - Gestão Previdencial		
Rubrica 3.1.1.9.00.00.0 – Outros Recursos Correntes		
1. Contrato do Governo	25.130	18.683
2. Eventuais	5.075	401
Total Outros Recursos Correntes	30.205	19.084
c) Receitas - Gestão Administrativa		
Rubrica 4.1.9.1.00.00.0 – Outras Receitas		
1. Outras Receitas não Relacionadas	74	90
Total Outras Receitas	74	90

9 – APURAÇÃO DE RESULTADO

9.1 EQUILÍBRIO TÉCNICO:

A Baneses registrou, em 2015, déficit técnico acumulado de R\$ 10.615 (déficit de R\$ 25.706 em 2014). O principal fator que levou ao déficit de 1,08% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013, devido à mudança da premissa de taxa de juros. Segundo estudo atuarial, esse déficit será equacionado no longo prazo. Dessa forma, o déficit atuarial é de natureza conjuntural, sendo desnecessário a instituição de contribuições amortizantes para o exercício de 2015.

9.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO:

A partir do exercício de 2015, a Baneses passou a apurar, também, o equilíbrio técnico ajustado, e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano II de Aposentadoria – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 e a Instrução Previc nº 25. O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficit e destinação/ utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $(duration - 4) \times 1\% \times \text{reserva matemática}$. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $(10\% + (duration \times 1\%)) \times \text{reserva matemática}$.

No exercício de 2015, o equilíbrio técnico ajustado do Plano II de Benefícios é de R\$ 76.424, a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	2015
A) Cálculo do Limite Déficit	
1) Saldo Provisões Matemáticas (P.M.)	987.238
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
2.1) Duração do Passivo do Plano II de Benefícios	9,10
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado	50.349
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
3) Equilíbrio Contábil (Déficit)	(10.615)
4) Ajuste de Precificação Positiva	87.039
5) = (3)+(4) Equilíbrio Técnico Ajustado	76.424

Desta forma, no referido exercício, não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico.

Celso Claudio Simões
Diretor Superintendente
CPF: 698.419.857-72

Katya Elvira Paste
Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Ricardo Gobbi
Diretor de Seguridade
CPF: 838.558.157-04

Neusimar Nunes Gobbi
Contadora CRC ES 007791/0-5
CPF: 621.678.987-20

6. PARECERES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Conselheiros da

FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES

Av. Princesa Isabel nº 574, Ed. Palas Center, Bloco A, 16º andar - Centro - Vitória/ES

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

ÊNFASE

a) Ajuste de Precificação do Plano II de Benefícios

Chamamos a atenção para a Nota 4.2, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano

II de Benefícios. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, em 31/12/2015 apresentou resultado positivo de R\$87.039 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Déficit Técnico Acumulado no Plano II de Benefícios

Chamamos a atenção para a Nota 9, às demonstrações contábeis, que descreve que o Déficit Técnico Acumulado de R\$10.615 mil, equivalente a 1,08% das Provisões Matemáticas é caracterizado como sendo de origem conjuntural e após o ajuste de precificação, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$76.424 mil, apurado com base na Duração do Passivo de 9,10 anos, não existindo a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico no exercício subsequente. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2016.

Exacto Auditoria S/S
CRC RS-001544/0-3 F-ES

Daniel Eduardo Rodrigues
CONTADOR CRC RS-30361 S-ES

PARECER ATUARIAL DO PLANO II DE APOSENTADORIA PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 31/12/2015

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Aposentadoria, administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras BANESES - Fundação Banestes de Seguridade Social, BANESES SÃ. Banco do Estado do Espírito Santo (Patrocinador Instituidor), BANESES Clube de Seguro, BANESES Seguro e BANESES Administradora, Corretora de Seguro, Previdência e Capitalização em 31 de dezembro de 2015.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2015.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social -BANESES à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

DESCRIÇÃO	
Número	2.006
Idade Média (anos)	46,1
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	20,6
Tempo Médio de Contribuição (anos)	20,2
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	10,9
Salário Mensal Médio (R\$)	5.905,18
Folha Anualde Salários (RS)	153.995.154,82

Participantes Autopatrocinados

DESCRIÇÃO	
Número	66
Idade Média (anos)	43,8
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	18,5
Tempo Médio de Contribuição (anos)	17,4
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	13,7
Salário Mensal Médio (RS)	4.817,41
Folha Anualde Salários (RS)	4.133.334,79

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

DESCRIÇÃO	
Número	2
Idade Média (anos)	53,8
Beneficio Mensal Médio (R\$) ⁽¹⁾	N/A

⁽¹⁾ O valor da Complementação Média do Benefício Proporcional Diferido será calculado no momento da elegibilidade do Participante.

Participantes Assistidos e Beneficiários

DESCRIÇÃO	
Aposentados	
Número	1,579
Idade Média (anos)	64,1
Benefício Mensal Médio em R\$	4.331,93
Aposentados Inválidos	
Número	191
Idade Média (anos)	58,8
Benefício Mensal Médio em R\$	1.569,58
Beneficiários	
Número	254
Idade Média (anos)	66,7
Benefício Mensal Médio em R\$	2.834,77
Total	
Número	2.024
Idade Média (anos)	63,9
Benefício Mensal Médio em RS	3.883,37

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2015. Na avaliação atuarial

esses valores foram projetados para 31/12/2015, refletindo o conceito de capacidade.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,75% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾⁽²⁾	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I (-2% a.a.) Plano II (0% a.a.)
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽⁵⁾	AT-49
Tábua de entrada em invalidez ⁽⁶⁾	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do Plano 1 oriundos da migração do Plano 1 para o Plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁵⁾ Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁶⁾ A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e a projeção de contribuição de patrocinadora, nos casos de morte ou invalidez.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 29/12/2014, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,95%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

O estudo técnico contendo todos os arquivos e documentações requeridas pela Instrução nº 23/2015 foi submetido pela Entidade à PREVIC para requisição de autorização prévia para utilização de taxa de juros de 5,95% a.a., sendo a referida taxa aprovada pela PREVIC. Com base no exposto, apesar de ter solicitado uma taxa de juros superior a atual, a Diretoria Executiva, considerando o cenário econômico, propôs a manutenção da taxa de 5,75% a.a. e o Conselho Deliberativo aprovou. Esta taxa está abaixo do solicitado à PREVIC, por este motivo, a Entidade deverá comunicar essa decisão no Demonstrativo Atuarial e em ofício a ser enviado à PREVIC.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano II de Aposentadoria. Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados/a presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano II de Aposentadoria.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos Utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo Com O Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2015 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, posicionados em 31/12/2015.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.403.700.409,39
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.387.699.331,57
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.398.314.133,75
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	933.902.711,9
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	933.902.711,99
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Beneficiários Futuros Programados - Assistidos	819.868.388,79
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Beneficiários Futuros Não Programados - Assistidos	114.034.323,20
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	464.411.421,76
2.3.1.1.02.01.00	contribuição Definida	411.075.752,30
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	177.902.722,90
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	233.173.029,40
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	53.335.669,46
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	53.335.669,46
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinadores -Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+1-) PorAjustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+1-) Patrocinadores	-
2.3.1.1.03.03.02	(+1-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(10614,80218)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(10.614.802,18)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	(10.614.802,18)
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.0000	FUNDOS	16.001.077,82
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.0300.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	16.001.077,82
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano lide Aposentadoria vigente em 31 de dezembro de 2015, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano II de Aposentadoria no exercício de 2015.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio

Social do Plano lide Aposentadoria avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº04, de 30/01/2002, informamos que o Plano li de Aposentadoria mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Mercer que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

O principal fator que levou ao Déficit de 1,08% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013, devido à mudança da premissa de taxa de juros. Segundo o estudo da taxa de juros, este déficit será equacionado no longo prazo. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural.

NATUREZA DO RESULTADO

O principal fator que levou ao Déficit de 1,08% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013, devido à mudança da premissa de taxa de juros. Segundo o estudo da taxa de juros, este déficit será equacionado no longo prazo. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

A situação deficitária do Plano foi mantida, porém em patamar inferior ao resultado obtido em 2014, em função da característica de reajuste dos benefícios do Plano.

PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2016

CUSTOS

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de Custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2015
Normal		
Total de Benefícios	1469%	23.232.529,03
Administração	100%	1.581.284,90
Custo Total	15.69%	24.813.813,93

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2015. Ressaltamos que durante o ano de 2016, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

O custo para cobertura dos Benefícios de Risco (Morte e Invalidez) é nulo, uma vez que o valor presente desses benefícios já se encontra totalmente reconhecido na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. No entanto, é necessária a sua reavaliação a cada exercício para verificar sua suficiência ou insuficiência em relação aos compromissos do Plano.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo.

Não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2016, quando comparados aos projetados para o exercício de 2015 permanecendo no mesmo percentual da folha dos salários de participação.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

PATROCINADORA

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais de acordo com os itens B.6.2.1 e Contribuição Extra de acordo com os itens 8.2.18 (Contribuição Extra) do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Normal:** Corresponde, em média, a 6,27% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,77% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 10.701.787,31 em 31/12/2015).

PARTICIPANTES ATIVOS

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Básicas de acordo com os itens B.6.1.1 e B.6.3.1 e Contribuição Extra de acordo com o item 8.2.18 do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Básica:** Corresponde, em média, a 8,42% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais de Participante equivalem à taxa média estimada em 8,92% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 14.112.026,61 em 31/12/2015).

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições (Básica e Extra), as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora (Normal e Extra), caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios bem como da taxa de administração.

PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas de 1% (0,5% referente à Contribuição Extra de Participante e 0,5% referente à Contribuição Extra de Patrocinadora) do Salário de Participação da data do desligamento, devidamente atualizado.

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E DEPENDENTES COM BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

Os Participantes Assistidos deverão efetuar as seguintes contribuições:

- Sobre o benefício mensal gerado por contribuições ao Plano II:
 - * Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%.
- Sobre o benefício mensal definido no item B.11.25:
 - * Contribuição de 52% do benefício.,
- Sobre o benefício mensal definido no Capítulo B.11 (exceto os estipulados nos itens 8.11.25 e B.11.25.1):
 - * Contribuição Extra, prevista no item 8.2.18, no percentual de 0,5%;
 - * Contribuição Específica apurada mediante aplicação da tabela seguinte, observando-se, exceto nos casos de benefício de pensão e invalidez, o mínimo de 10% da suplementação.

Tabela de Contribuições Sociais

MASSA MASCULINA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS R\$	PERCENTUAL %	PARCELA A DEDUZIR-R\$
Até 1.484,80	2,85	0,00
De 1.484,80 a 2.969,59	4,75	28,21
De 2.969,59 a 8.908,77	17,10	394,96
Acima de 8.908,77	20,90	733,49

MASSA FEMININA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS R\$	PERCENTUAL %	PARCELA A DEDUZIR-R\$
Até 1.484,80	3,00	0,00
De 1.484,80 a 2.969,59	5,00	29,70
De 2.969,59 a 8.908,77	18,00	415,74
Acima de 8.908,77	22,00	772,09

MASSA INSCRITA APÓS 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS R\$	PERCENTUAL %	PARCELA A DEDUZIR-R\$
Até 1.484,80	2,55	0,00
De 1.484,80 a 2.969,59	4,25	25,24
De 2.969,59 a 8.908,77	15,30	353,38
Acima de 8.908,77	18,70	656,28

Participantes "Fundadores" inscritos no Plano anteriormente a 23/01/1978, desde que se aposentem com idade igual ou superior a 55 anos e tempo de serviço igual ou superior a 30 anos no caso de participante do sexo feminino ou 35 anos no caso de participante do sexo masculino, têm suas contribuições calculadas conforme a tabela de contribuição de participantes inscritos após 23/01/1978.

Pensionistas Beneficiários inscritos até 23/01/1978 do sexo feminino efetuam contribuição com base na tabela de contribuição masculina.

As faixas de contribuição previstas no plano de custeio serão corrigidas em setembro de cada ano pelo Fator de Reajuste Especial Anual.

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016.

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano II de Aposentadoria da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES está deficitário em 31/12/2015. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016.

Mercar Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João da Silveira Sobrinho
M.I.B.A. no 920

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 32 do Estatuto da entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31/10/2011, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2015.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Baneses, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2015.

Vitória (ES), 11 de abril de 2016.

Eliégina Wagner Oliveira da Silva
Presidente

Anselmo Custódio Lamas Lopes
Conselheiro

Nilson Elias Tristão
Conselheiro

Ronaldo Hoffmann
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em reunião de 14 de abril de 2016, o Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESES, no uso das competências de que tratou o Inciso VI do Art. 18 e Art. 40 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis de 2015 apresentadas pela Diretoria Executiva e com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e Notas Explicativas, conclui que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual aprova os referidos relatórios relativos ao exercício de 2015.

Vitória (ES), 14 de abril de 2016.

Mônica Campos Torres
Conselheira Presidente

Cláudia Valli Cardoso Machado
Conselheira

Jovenal Gera
Conselheiro

Júlio César Gomes
Conselheiro

Réveles Belarmino dos Santos
Conselheiro

Sandro da Silva Martins
Conselheiro

EXPEDIENTE

Patrocinadores: Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda, Banestes Clube de Seguros e Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses.

Conselho Deliberativo: Mônica Campos Torres (Presidente), Réveles Belarmino dos Santos, Cláudia Valli Cardoso Machado, Jovenal Gera, Júlio César Gomes e Sandro da Silva Martins.

Diretoria Executiva: Celso Cláudio Simões (Diretor Superintendente), Katya Elvira Paste (Diretora de Investimentos) e Ricardo Gobbi (Diretor de Seguridade).

Conselho Fiscal: Nilson Elias Tristão (Presidente), Anselmo Custódio Lamas Lopes, Wander Egídio de Oliveira e Maria Aparecida Gonçalves da Silva.

Jornalista responsável: Rodrigo Alcure Castro (R.P. 3305/ES).

Projeto Gráfico e Editoração: Bios Editoração.



BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL